

ancilosados" que a seu respeito se insinuaram na mente de muitos.

A história e a bibliografia de RP, o que se disse, o que se pensa, o que se faz, o que não se faz e o que se deveria fazer neste setor — tudo isto é estudado longamente. O autor alinha, por exemplo, 64 das mais citadas definições de RP (parece que existem cêrca de mil!).

A questão da profissionalização de RP e as tentativas de sua regulamentação no Brasil merecem alguns comentários acrimoniosos bem ao gôsto do autor, mas nem por isso menos pertinentes: "Só as profissões de que a gente desconfia precisam ser regulamentadas: a do advogado, do médico, do engenheiro, do economista, do psicólogo, do pulicitário e assim por diante. Hoje em dia ninguém pensaria em regulamentar, por exemplo, a nobre profissão do sapateiro. (...) Todos sabemos que ninguém pode camuflar-se sapateiro, porque sapateiro só o é aquêle que sabe fazer ou consertar sapatos, e isso é fácil pôr à prova".

Na terceira parte da obra, José Xavier de Oliveira detêm-se na apresentação, interpretação e comentários da pesquisa pròpriamente dita, a qual representou esforço inédito entre nós, no setor privado. Mesmo no exterior, iniciativas

semelhantes parecem ter sido levadas a efeito sômente nos Estados Unidos. A explanação da metodologia adotada e dos problemas encontrados é feita de maneira particularmente útil para quem aventure a futuros estudos similares.

Como conclusão, o autor constrói um modêlo teórico que constitui a sua definição de RP no plano filosófico, ainda que factível, ou seja, o enunciado do que RP deveria ser, como profissão e técnica social de comunicação, exercida com o objetivo último de "tornar cada vez mais favoráveis as condições ambientes de subsistência do organismo empresário".

O autor não se furta a propor sèriamente nomes que lhe parecem mais condizentes, para substituir as expressões "relações públicas", que lhe parece "desmoralizada", e "relator público" ou "homem de relações públicas", bastante inadequadas.

Complementa-se **Usos e abusos de relações públicas** com apêndices contendo os questionários em foco e outras matérias de interêsse específico, inclusive generosas indicações bibliográficas, nacionais e estrangeiras, referentes a RP e campos correlatos: ciências sociais, propaganda e publicidade, jornalismo, comunicações, psicologia social.

WALDÍVIA M. PORTINHO

### **NÔVO MUNDO NOS TRÓPICOS.**

Por Gilberto Freyre. 1. ed., São Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1971. (Brasiliana, 348).

O livro do Sr. Gilberto Freyre, publicado atualmente no Sul do País, é um amontoado de equívocos. O primeiro se relaciona com uma questão editorial, pois anuncia-se que a edição é a primeira em português, mas, na verdade, é posterior a uma outra, saída no Recife, aos cuidados do Instituto Joaquim Nabuco. Aparentemente, o equívoco pode parecer ato de boa-fê; no entanto, traduz posição

egocêntrica do autor, que, além de querer realçar a importância de sua obra, faz questão de mostrar o interêsse dos editôres por sua produção: "tomando a iniciativa de publicar, em língua portuguesa, **New World in the tropics**, a Companhia Editôra Nacional — tão cheia de serviços valiosos à cultura brasileira — dá ao autor do livro até hoje, em grande parte, desconhecido no seu próprio País..."

O livro é uma edição refundida de **Interpretação do Brasil**; é mais amplo e contém novos capítulos adicionais. Sua pretensão é dar aos estrangeiros uma nova visão do mundo da **lusotropicalidade**, idéia cara ao autor. Partindo da análise e interpretação da cultura da sociedade brasileira, no espaço e no tempo, o autor procura estender seu campo a “maiores audácias: à formulação de uma antropologia do homem situado no trópico, que vá da antropologia biológica à filosófica”. Para desenvolver a tese, estuda em diversos capítulos, os temas: **antecedentes europeus da história brasileira, fronteiras e plantações, unidade e diversidade, nação e região, condições étnicas e sociais do Brasil moderno, o Brasil como civilização européia nos trópicos, a política exterior do Brasil e os fatores sociais e étnicos que a condicionam, escravidão, monarquia e o Brasil moderno, por que clima tropical**, etc.

Para o autor, sua atitude é **sui generis**: “dêsse modo é que se vêm alongando sua possível ciência de analista e sua possível arte de observador do comportamento humano, em geral, e do brasileiro, em particular, numa também possível filosofia. E essa filosofia — se existe — implicaria já um pequeno conjunto, e até uma suma, se não de sínteses ou de conclusões, de sugestões ou de interpretações”. Naturalmente que a sua posição é distante das “antropologias intituladas **objetivas**, ou com pretensões a **estritamente científicas** e, como tais, neutras”, pois, estas significam “manutenção do **status quo** ou o desenvolvimento de uma dinâmica que associem objetividade com umas tantas projeções políticas”, enquanto a sua posição levanta “novas perspectivas de situações tropicais e, sobretudo, de relações dessas situações, entre si, e com as atuais potências não tropicais”.

A lusotropicalidade é tentativa de se formar nova visão de um mundo, mas, na verdade, sua intencionalidade política e social é a criação de equívocos e mitos, baseados em objetivos conservadores.

A posição conservadora aparece claramente em alguns dos traços que o autor desenvolve no **prefácio** do livro. O retrato que dá do brasileiro — da época colonial até comêço do século XIX — é o de homem desinteressado pelos livros, tanto de cultura geral, como científica; falta de ambição pelo ganho material, etc.; em compensação, quer desfrutar a vida e o lazer, tem amor ao luxo, etc. Entretanto, a crítica do autor não vai ao fundo de cada questão, não por desconhecer os problemas específicos que trata, mas porque não lhe convém desmascarar tôda a política estreita e obscurantista de Portugal. Não é necessária muita pesquisa para se saber que a elite brasileira dos fins do século XVIII está imbuída de literatura “subversiva” francesa, o que se comprova em todos os processos da época — da Independência Mineira até 1817.

Os equívocos prosseguem na análise que faz do comportamento “humano” do brasileiro: “é verdade que a igualdade racial nem é perfeita no Brasil, nem se tornou absoluta com a Abolição da escravidão, em 1888. Mas também é verdade que mesmo antes da Lei de 1888 as relações entre brancos e pretos, entre senhores e escravos, já chamavam a atenção dos observadores estrangeiros por serem particularmente cordiais”; “mas, quanto às relações raciais, a situação brasileira provavelmente é o que mais se aproxima daquilo que se imagine como um paraíso nesse setor”.

Seu “lirismo” é maior quando trata da posição da mulher: “num país onde a mulher vive sempre oprimida pelo homem,

alguns hiper-críticos estrangeiros consideram pura ficção falar em **democracia social**. Mas a verdade é que há longos anos, as mulheres brasileiras já se encontram, em muitos casos, em situação igual à dos homens..."

E quando trata do Império, sua posição passa de conservadora a saudosista. O período aparece como o momento alto de nossa evolução, pois o regime "foi uma felicíssima combinação de monarquia com democracia, juntamente com um sistema de seleção aristocrática baseado não tanto nos méritos do nascimento, da raça, de côr ou da classe dos indivíduos, mas sim na sua capacidade individual, ou no seu mérito pessoal. O Império deu ao Brasil uma tradição de qualidade, em oposição ao simples democratismo quantitativo, característico, aliás, tanto das plutocracias como das demagogias eleitorais".

Maior ainda é a confusão que faz quando trata do pretenso espírito pacífico do brasileiro. A criação do mito da bondade aparece como símbolo da nossa história, onde são abolidos costumes bárbaros, como o duelo e a pena capital. Prosseguindo, diz que "os brasi-

leiros detestam particularmente as soluções violentas" e que as "revoluções", seja a da Independência de Portugal, ou a da República, em 1889, foram **brancas** e não **sanguinolentas**".

Confundindo conciliação com violência, fatos momentâneos com particularidade, ficção com realidade, Gilberto Freyre tenta impingir êstes caracteres românticos como o fundamento do processo brasileiro. Aos mitos expostos, tenta acrescentar a idéia do "exército não messiânico". Porém, o que o autor consegue é historiar uma realidade parcial e, em parte, inverídica, pois, a história comprova que a nossa realidade é igual a de tôdas as outras: em todos os momentos radicais, a violência imperou. Canudos e Contestado, Palmares e Bandeirismo, Revolução Federalista e 1932, são momentos exemplares que se repetem comumente na história brasileira passada e presente.

No entanto, o lusotropicalismo é tentativa de mostrar o caráter "benigno" e falso de uma realidade — realidade que não se traduz na ditadura portuguesa e outras ditaduras, tão decantadas pelo nosso autor.

EDGARD CARONE

**HISTÓRIA DO BRASIL, curso moderno, 1.ª série ginásial (das origens à Independência)**. Por Sérgio Buarque de Hollanda et alii. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971. 155 p. il., com dois livros de apêndices.

Esta é a segunda vez que Sérgio Buarque de Hollanda tenta penetrar na faixa do livro didático. A primeira foi quando colaborou com Otávio Tarquínio de Souza, no trabalho que resultou nos dois volumes de **História do Brasil**, livros editados pela Livraria José Olympio, na década de 1950. Agora, o tipo de colaboração mudou, já que o plano é didática e esteticamente mais ambicioso: Carla de Queiroz, Virgílio Noya Pinto, Laima Mesgravis e Sílvia Barbosa Ferraz trabalharam na parte gráfica, na distribuição do material e citações, no **Livro do professor**

e no **Caderno de trabalhos práticos**.

A obra abrange textos para o aluno e o livro do professor. A primeira parte consiste nos livros didático e prático. A inovação aparece no volume de **História do Brasil I**. Aí é que os autores usam de didática mais moderna, aproveitando-se da experiência européia e americana. Em cada capítulo existe abundância iconográfica, textos de autores da época, quadros cronológicos, um resumo e um vocabulário. A concatenação dêstes elementos torna a leitura agradável e facilita grandemente a